

LUIZ OTÁVIO DE OLIVEIRA AMARAL

Advogado militante e professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Brasília. Ex-diretor da Faculdade de Direito da UDF. Já lecionou na Faculdade de Direito da UnB e na Academia de Polícia (Academia da PM/DF). Ex-assessor do Ministro da Justiça, da Desburocratização/Presidência da República. Ex-Procurador de empresa pública federal. Autor de *Relações de Consumo* (4 v.); *O Cidadão e Consumidor* (em co-autoria); *Comentários ao Código de Defesa do Consumidor* (co-autor); *Lutando pelo Direito*; *Direito e Segurança Pública*; *Juridicidade Operacional da Polícia*.



TEORIA GERAL DO DIREITO

(De acordo com o Código Civil de 2002)

Obra crítica e atualizante, ampla e abrangente, assim é indispensável à sólida formação básica e à reciclagem profissional. Indicada para as disciplinas jurídicas: Teoria Geral do Direito Privado, Teoria Geral do Direito Civil, Direito Civil I (Parte Geral do Cód. Civil), Teoria Geral do Direito, Introdução ao Direito, Teoria Geral do Direito Público.



Rio de Janeiro
2006

Decálogo

LIVRARIA E EDITORA
decalogo@mandamentos.c
(31) 3226 7717-3274 2
Rua Espírito Santo, 1.025-Loja-H-1
Temos um advogado junto ao Pai, Jesus Cristo, o Just

SUMÁRIO

<i>Abreviaturas e Siglas Usadas</i>	XI
<i>Prefácio pelo Ministro José Carlos Moreira Alves</i>	XIII
Introdução	I
Livro I – Do Direito	11
Livro II – Da Relação Jurídica	207
Parte I – Teoria dos Sujeitos da Relação Jurídica	219
Capítulo I – Das Pessoas Naturais ou Físicas	234
Capítulo II – Das Pessoas Jurídicas	276
Capítulo III – Dos Atributos dos Sujeitos	325
Parte II – Do Objeto da Relação Jurídica	369
Parte III – Da Constituição da Relação Jurídica. Da Origem e da Dinâmica Temporal e das Demais Interferências na Relação Jurídica	433
Bibliografia	681
Índice Alfabético e Remissivo	693
Índice Sistemático	729

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Sumário</i>	IX
<i>Abreviaturas e Siglas Usadas</i>	XI
<i>Prefácio (Ministro José Carlos Moreira Alves)</i>	XIII
Introdução	1
Livro I – Do Direito	11
1. Direito, sociabilidade e universalidade do fenômeno jurídico	11
2. Noção de Direito	25
3. Definições de Direito	27
4. Direito e Moral	39
5. Direito Objetivo e Direito Subjetivo	49
5.1. O Direito Objetivo, estrutura e classificação	53
5.2. O Direito Subjetivo, estrutura e classificação	57
5.2.1. Direitos humanos	65
5.2.2. Abuso do direito	67
5.3. O dever jurídico	71
5.3.1. Espécies de dever jurídico	74
6. Direito Natural e Direito Positivo	74
6.1. Direito Natural.	75
6.2. Direito Positivo	97
6.3. Superação do dilema idealismo/jusnaturalista <i>versus</i> realismo/juspositivista	120
7. Direito alternativo e uso alternativo do Direito	121
8. Direito Público e Direito Privado	122
9. Formas de expressão do Direito (fontes)	128
9.1. A Lei.	133
10. As codificações	145
11. Eficácia da norma jurídica no espaço e no tempo	156
11.1. Eficácia da lei no espaço	157
11.2. Da eficácia normativa no tempo	158
11.2.1. Termo inicial da eficácia da lei.	158
11.2.2. Nova publicação para corrigir erros na lei	162

11.2.3. Termo final da eficácia da lei	163
12. Conflito de normas jurídicas no tempo	165
13. Controle das leis perante a Constituição	180
14. Noções de Hermenêutica.	186
14.1. Hermenêutica, interpretação e integração	186
14.2. Integração	192
15. Axiologia jurídica	195
16. Sistemas jurídicos	198
16.1. A família romano-germânica.	199
16.2. A família da <i>Common Law</i>	201
16.3. Relações entre os sistemas romano-germânico e a <i>Common Law</i>	205
17. À guisa de síntese e passagem para a etapa seguinte	206
 Livro II – Da Relação Jurídica.	 207
1. Noções gerais e definição	207
1.1. Definições de relação jurídica	212
2. Gênese e estrutura da relação jurídica.	212
 Parte I – Teoria dos sujeitos da relação jurídica	 219
1. Novos sujeitos para novos (e velhos) direitos.	225
2. Pessoa: como gênero e como espécie	229
 Capítulo I – Das pessoas naturais ou físicas	 234
1. Definição e suporte fático de pessoa natural	237
2. Personalidade jurídica – definições, início, nascituro, direitos personalíssimos, desconsideração da personalidade e fim da personalidade.	240
2.1. Definições de personalidade	244
3. O problema do nascituro e o início da personalidade civil	249
4. Fundamento da personalidade jurídica do homem	263
4.1. Início da personalidade civil do homem.	264
4.2. Direitos personalíssimos.	265
4.3. Fim da personalidade jurídica do homem	268
4.4. Comoriência	270
4.5. Ausência	273
 Capítulo II – Das pessoas jurídicas	 276
1. Teorias sobre a natureza jurídica da pessoa jurídica	282
2. Pressupostos da existência regular da pessoa jurídica	287
3. Classificação das pessoas jurídicas	291
4. Pessoas jurídicas de Direito privado em espécie	293

4.1. A associação e a sociedade	293
4.1.1. Sociedade em comandita simples	296
4.1.2. Sociedade em nome coletivo (Cia.)	296
4.1.3. Sociedade de capital e indústria	296
4.1.4. Sociedade em conta de participação	296
4.1.5. Sociedades por cotas de responsabilidade limitada (Ltda.)	297
4.1.6. Sociedade em comandita por ações	298
4.1.7. Sociedade Anônima (S. A.)	299
4.1.8. As sociedades comerciais ou mercantis, ou empresárias	300
4.1.9. Classificação das sociedades comerciais/empresárias	300
4.1.9.1. As sociedades comerciais quanto ao vínculo aglutinador	300
4.1.9.2. Nome comercial	301
4.1.9.2.1. Firma social ou razão social	302
4.1.9.2.2. Denominação social	302
4.1.9.2.3. Observações finais	303
4.1.10. O Direito de empresa	304
4.2. As fundações	308
5. Fim da pessoa jurídica	311
6. Grupos não personificados	312
7. Desconsideração da personalidade da pessoa jurídica	314
8. Responsabilidade criminal das pessoas jurídicas	321
9. Pessoa jurídica e dano moral	323
 Capítulo III – Dos atributos dos sujeitos	 325
1. Da capacidade civil ou jurídica	325
1.1. capacidade de direito ou de gozo	328
1.2. Capacidade de fato ou de exercício	331
1.3. Legitimação	339
2. Outros atributos dos sujeitos de direito	341
2.1. Registros públicos	342
2.2. Definição de registro público	344
2.3. Nome das pessoas	345
2.3.1. A questão da natureza jurídica do nome civil e do comercial	350
2.4. Estado das pessoas	350
2.4.1. Características do estado civil	353
2.4.2. Atos e ações do estado civil	354
2.5. Domicílio	354
2.5.1. Classificação dos domicílios	357
2.5.2. Fontes históricas e noções gerais de domicílio	357
2.5.3. Desfazendo confusões em torno do domicílio	359

2.5.4. Domicílio da pessoa jurídica	364
3. À guisa de conclusão e passagem à nova etapa do nosso estudo	368
Parte II – Do objeto da relação jurídica	369
1. Noções gerais	369
2. Diferença entre coisa e bem	373
3. Classificação jurídica dos bens	379
3.1. Dos bens considerados em si mesmos ou quanto à sua própria individualidade.	382
3.1.1. Quanto à situação	382
3.1.2. Quanto à tangibilidade.	383
3.1.3. Quanto à mobilidade.	383
3.1.3.1. O <i>imóvel</i>	384
3.1.3.2. Bens <i>móveis</i>	389
3.1.4. Quanto à fungibilidade/permutabilidade.	390
3.1.5. Quanto à consumibilidade ou inconsumibilidade	391
3.1.6. Quanto à divisibilidade ou à indivisibilidade	392
3.1.7. Quanto à época da existência	394
3.1.8. Quanto à composição ou constituição	394
3.1.9. Quanto à comerciabilidade	400
3.1.10. Quanto aos respectivos titulares	403
3.1.10.1. Dos bens públicos e bens privados	403
3.1.10.1.1. Dos bens públicos	404
3.1.10.1.2. Dos bens privados ou particulares	412
3.1.10.1.3. Do bem de família	412
3.1.11. Quanto à função econômica	415
3.2. Dos bens reciprocidade considerados ou sob o critério relacional da subsistência	418
3.2.1. Quanto à subsistência	418
3.2.1.1. Principal	418
3.2.1.2. Acessório.	418
4. Extinção dos bens	432
5. À guisa de conclusão desta Parte II do Livro II e passagem à nova etapa do estudo.	432
Parte III – Da constituição da relação jurídica. Da origem e da dinâmica temporal e das demais interferências na relação jurídica.	433
1. Do fato e do mundo material/empírico/fenomenico; do fato jurídico e do mundo jurídico/lógico-formal	434
2. O suporte fático	438
3. Definindo o fato jurídico	439

4. Classificação dos fatos jurídicos	440
5. Efeitos jurídicos dos fatos jurídicos	447
5.1. Aquisição dos direitos	447
5.1.1. Modalidades de aquisição do direito.	448
5.1.2. A progressão da aquisição do direito	449
5.2. Modificação do direito.	450
6. Extinção do direito	450
7. A vontade no Direito	451
7.1. Manifestação e declaração da vontade	454
7.2. Responsabilidade jurídica pelo significado/conteúdo da declaração de vontade	457
7.3. A autonomia privada (ou da vontade).	458
7.4. Teorias sobre a vontade jurídica (evolução).	467
7.4.1. Teorias volitivas radicais/primitivas.	467
7.4.2. Teorias volitivas menos radicais/contemporâneas.	467
7.5. Dos atos jurídicos <i>stricto sensu</i> e dos negócios jurídicos	468
7.5.1. Atos jurídicos <i>stricto sensu</i>	468
7.5.2. Negócios jurídicos	469
7.5.2.1. Estrutura dos negócios jurídicos	475
7.5.2.2. Elementos essenciais (<i>essentialia negotii</i>)	480
7.5.2.2.1. Consentimento	480
7.5.2.2.2. Capacidade das partes negociantes.	481
7.5.2.2.2.1. Partes do contrato	482
7.5.2.2.3. Lícitude/licitude do objeto do negócio	482
7.5.2.2.4. Idoneidade do objeto (do negócio).	483
7.5.2.2.5. Determinabilidade do objeto	483
7.5.2.2.6. O objeto do contrato	483
7.5.2.3. Elementos naturais	483
7.5.2.4. Elementos acidentais ou modalidades (<i>accidentalia negotii</i>).	484
7.5.2.4.1. Condição	484
7.5.2.4.2. Termo	490
7.5.2.4.2.1. Prazo	492
7.5.2.4.3. Modo ou encargo.	493
7.5.2.5. Forma (dos negócios jurídicos)	495
7.5.2.5.1. Teoria da aparência no Direito	504
7.5.2.6. Prova (dos fatos/negócios jurídicos).	505
7.5.2.6.1. A prova e a questão da verdade	510
7.5.2.6.2. Problemas e perplexidades quanto às provas	511
7.5.2.6.3. Objeto, destinatário e finalidade das provas	514
7.5.2.7. Classificação dos negócios jurídicos.	516
7.5.2.7.1. Negócios receptícios e não-receptícios.	517

7.5.2.7.2. Negócios “ <i>inter vivos</i> ” e negócios “ <i>mortis causa</i> ”	517
7.5.2.7.3. Negócios onerosos e gratuitos	517
7.5.2.7.4. Negócios solenes e não-solenes	518
8. Dos contratos	524
8.1. Os contratos da pós-modernidade: o contrato digital, virtual, eletrônico	533
9. Defeitos dos negócios jurídicos	537
9.1. Espécies de vícios	540
9.2. Classificação dos defeitos segundo suas conseqüências	541
9.3. Os vícios em espécie.	541
9.3.1. Vícios de consentimento.	541
9.3.1.1. O erro	542
9.3.1.2. Dolo	547
9.3.1.3. Coação	554
9.3.2. Vícios sociais	562
9.3.2.1. Simulação	563
9.3.2.1.1. Reserva mental	569
9.3.2.1.2. Vontade declarada por gracejo	570
9.3.2.2. Fraude contra credores	572
9.3.2.3. Lesão	579
9.3.2.4. Estado de perigo	587
10. Interpretação da vontade nos negócios jurídicos.	589
11. Representação	592
12. Ineficácia e invalidade dos negócios jurídicos.	598
12.1. Características gerais acerca da inexistência, da nulidade, da anulabilidade e da eficácia	601
12.2. Da inexistência jurídica	601
12.3. Gradação do desvalor e respectivo fator de exclusão jurídica	603
12.4. Da nulidade.	604
12.5. Da anulabilidade	606
12.6. Eficácia/ineficácia	612
12.7. Impugnabilidade	613
13. Noções gerais acerca da antijuridicidade	613
13.1. A culpa	616
13.1.1. Modalidades da culpa civil	620
13.2. O dano	621
13.3. Nexo de causalidade	623
13.4. Conseqüências do ilícito civil, do ato jurídico ilícito	624
13.5. Responsabilidade civil	624
13.6. Da exclusão do ilícito civil	629
13.7. Teoria do abuso de direito	634
14. Prescrição, decadência e preclusão, as influências do tempo nas relações jurídicas	637

14.1. As origens da prescrição	640
14.2. A prescrição em geral na prática jurídica contemporânea	645
14.2.1. A prescrição extintiva, liberatória	647
14.2.1.1. Interrupção, suspensão e impedimento da prescrição	651
14.2.2. A prescrição aquisitiva ou usucapião.	653
14.3. Prescrição contemporânea	659
14.4. Decadência	664
14.5. Outros institutos análogos	671
14.5.1. Preclusão	671
14.5.2. Perempção	673
15. O Direito do mundo globalizado.	674
16. À guisa de conclusão derradeira da presente obra	677
Bibliografia	681
Índice Alfabético e Remissivo	693